

EXTENSAO E PESQUISA UNIVERSITÁRIA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE ITUITABA – MG: relatos de uma experiência

Sérgio Gonçalves¹

Resumo

O presente trabalho contempla as ações desenvolvidas no projeto de Extensão e Pesquisa financiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) titulado Extensão Universitária e Pesquisa Participante na estruturação do processo de desenvolvimento rural sustentável dos assentamentos rurais de Ituiutaba/MG. Contempla o entendimento relativo à pesquisa e a extensão universitária em áreas de Reforma Agrária, o desenvolvimento de ações de pesquisa participante por via de Diagnóstico Rápido Participativo, ações de imersão na realidade, confronto de ideias, participação social e formação coletiva visando o desenvolvimento rural sustentável por meio da relação Universidade/Comunidade assentada.

Palavras-chave: Pesquisa e Extensão 1, Assentamentos Rurais 2, Desenvolvimento rural sustentável 3.

Introdução:

Em nossa visão, a indissociabilidade entre a Extensão, a Pesquisa e o Ensino, bem como a necessidade de execução integrada dessas atividades na formação universitária, de profissionais comprometidos com as realidades da maior parte da população, exigem a interação sistemática e expressa entre Universidade e Sociedade Civil, por meio da atuação em situações sociais que demandam da divulgação do conhecimento para o desenvolvimento social e tecnológico.

Trata-se essencialmente, para a Universidade, de estar atenta ao contexto dos problemas sociais e à necessidade de persistir na elaboração de avaliações críticas acerca da realidade, num esforço para a superação de seus próprios problemas.

A questão da cidadania constitui recorte prioritário, sob este aspecto, e demanda da Universidade um desempenho de papel efetivo no processo de transformação social.

¹ Universidade Federal de Uberlândia. Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – Ituiutaba.
geographise@ufu.br

Entende-se, neste sentido, que o saber, produto do trabalho universitário, não está pronto e acabado, mas é premente a sua difusão. Ao contrário, a construção desse saber, sua definição e contornos, dependem da sensibilidade da Universidade para enxergar os problemas sociais, agindo no sentido de desdobrá-los não apenas a partir da produção do conhecimento em geral - que se acresce ao estoque do saber humano - mas, ao mesmo tempo, se constituam em resposta às lacunas que a sociedade brasileira, no plano de sua especificidade histórica, apresenta.

A Universidade nem sempre vem cumprindo tais funções e engajando-se nesta dinâmica, sendo digno de nota a pouca sistematização de seus programas e projetos relacionados à superação da desigualdade social. Estas lacunas são tanto mais graves quando se trata de Universidade Pública, cuja vida depende essencialmente de recursos e investimentos disponibilizados pela sociedade como um todo.

Cabe, deste modo, incentivar a atuação extensionista para, de modo especial, intensificar o relacionamento Universidade/Sociedade e possibilitar a produção de um conhecimento comprometido com as questões sociais, permitindo à Instituição de Ensino Superior, inserir-se no processo de construção da cidadania e, ao mesmo tempo, abrir perspectivas de constante processo de reflexão crítica da Universidade sobre si mesma.

A aproximação da Universidade às questões sociais representa, portanto, elemento instigador do dinamismo da instituição. Esta característica é potencializada, no que se refere à UFU – Universidade Federal de Uberlândia, pela presença, como ressaltamos acima, da instituição em diferentes espaços geográficos do Triângulo Mineiro, seja em Uberlândia (Campus Sede), seja em Ituiutaba (Campus do Pontal), na FACIP – Faculdade de Ciências Integradas do Pontal).

As áreas de Assentamento de Trabalhadores Rurais no Pontal do Triângulo Mineiro foram definidas como prioridade para o projeto de atuação extensionista de diversos docentes da UFU, de maneira que integramos um grupo de pesquisadores que trabalham nestes espaços sociais.

A definição deste objeto de interesse tem fundamento na noção de que a ação acadêmica da Universidade brasileira, particularmente da Universidade Pública, cabe priorizar os segmentos sociais que vêm sendo histórica e sistematicamente excluídos de direitos e da consciência da cidadania.

Por outro lado, o recorte deste objeto se estabeleceu a partir do entendimento de que o reforço à cidadania plena, por parte da Universidade, demanda sua articulação a instituições, organismos e movimentos da sociedade civil e classe política, interessados pois em transformar o quadro de exclusão social vigente. Privilegiou-se, sob tal ângulo, o Assentamento de Trabalhadores Rurais não apenas enquanto proposta de política pública, mas também na condição de demanda e conquista de movimentos sociais organizados e de sindicatos de trabalhadores, que empunham a bandeira da democratização do acesso à terra no Brasil.

Tais definições e entendimentos articulam-se aos princípios gerais da atividade de extensão universitária, entre os quais menciona-se a necessidade de propiciar a formação individual e dos cidadãos, de priorizar ações junto a comunidades de baixo poder aquisitivo e que requerem potencializar sua organização política, de desenvolver ações em parceria com lideranças e instituições das comunidades e movimentos sociais.

Cabe destacar, nesse plano, a definição de que é necessário estimular, por meio da atuação extensionista, a identificação de oportunidades, demandas e necessidades/problemas comuns, objetivando processo de elaboração de solução de problemas coletivos e supondo-se a autonomia das comunidades, de maneira a não se caracterizar ações de cunho meramente assistencialista por parte da Universidade. O respeito aos valores culturais das comunidades atendidas constitui, neste âmbito, esforço para garantir a legitimidade da proposta de atuação, e exigência de postura dialógica e não autoritária por parte da Instituição de Ensino Superior.

Nesse contexto, Paulo Freire (1983) destaca-se como um dos primeiros críticos do processo educacional e da extensão convencional, tendo proposto o estabelecimento de uma relação dialógica entre o agricultor e o extensionista para a construção de conhecimentos apropriados a cada realidade, além da troca de saberes como uma forma de (re)valorização da cultura local.

Esta postura se expressa, claramente, na definição de que a proposta de atuação extensionista cabe explorar e apropriar as vivências e experiências do cotidiano das comunidades, com o objetivo de compartilhar reflexões e práticas sociais em relação mútua de ensino-aprendizagem. Esta noção implica em admitir, no diálogo Universidade-Sociedade, a articulação entre saber popular e práticas sociais das comunidades, e saber acadêmico e prática social da vida universitária; além de supor, necessariamente, o envolvimento da própria comunidade nas propostas de atuação.

Na atualidade, a importância da Reforma Agrária tem se transferido da esfera dos conflitos, inerentes à luta pela terra (ocupações, acampamentos), dinâmicas retratadas por Fernandes (1998 e 2000), para a luta na terra (Gonçalves, 2004), que é a luta cotidiana das famílias assentadas para produzirem riquezas e se reproduzirem no campo.

Por sua vez, os assentamentos rurais são comunidades de agricultores que na dinâmica da luta pela terra conquistaram a condição de camponeses, e que vivenciam uma intensa transição de situação social, já que, gradativamente, construíram efetivamente uma comunidade rural e, individualmente ou coletivamente, conquistam elementos de cidadania, entre os quais saúde, educação, produção, cultura, consumo.

Além disso, na luta na terra, um conjunto diverso de desafios resultam nos processos de produção de alimentos pelas famílias, que direcionam sua produção para o auto-sustento e para o mercado, estruturando a organização da produção e suas dinâmicas complementares, acessando financiamentos agrícolas em instituições bancárias, recebendo de técnicos da EMATER a orientação de investimentos e a extensão rural, acessando ou adaptando tecnologias às suas realidades, mas também fazendo as festas, discutindo coletivamente os problemas dos assentamentos em grupos e associações.

Diversos trabalhos, entre os quais Almeida (1996), Bergamasco (2003), Brenneisen (2000), FAO/INCRA (1998), FAO/INCRA (1996), Gonçalves (2004), Spadovek (2003), Zamberlam e Florão (1989), Graziano Neto (1996, 1991), retrataram as problemáticas revelando os dilemas, mas também os avanços e as conquistas dos assentamentos rurais em diversos lugares por todo o Brasil.

Em Ituiutaba, inexistiam documentos, projetos e pesquisas que retratassem a realidade dos assentamentos rurais, até porque pesquisadores ainda não se interessaram pelo tema na escala local. Porém, o projeto intitulado “PROEXT/2011 - Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: educação inclusiva, autonomia econômica e participação política”, sob a coordenação da professora da UFU/Campus Ituiutaba, Soraia Veloso Cintra, desenvolveu atividades de extensão ao longo do ano 2012, permitindo uma primeira aproximação entre as comunidades assentadas e a Universidade, via grupo de docentes e estudantes.

Este projeto PROEXT foi o pontapé inicial para uma aproximação da com a comunidade e a percepção da necessidade de dinamizar ainda mais os laços pré- estabelecidos entre Universidade e Comunidades assentadas.

Reconhecemos em nossos projetos que a Reforma Agrária representa demanda por cidadania. E, em vista dos múltiplos problemas sabidamente existentes em áreas reformadas (assentamentos rurais), nos propusemos a levantar as situações problemas e articular projetos de intervenção que permeassem o desenvolvimento rural sustentável.

Logo, o projeto de pesquisa proposto e os projetos de extensão são complementares, dado as primeiras percepções sobre situações problemas, elencadas a partir do Projeto Proext, mas que foram redimensionadas a partir dos levantamentos e da pesquisa participante.

Seguindo as contribuições de Demo (1984), a pesquisa participante envolve três momentos essenciais, a saber: 1 – O autodiagnóstico, que seria a confluência entre conhecimento científico e saber popular. Este momento conduziria à cidadania e esta, por sua vez, estaria à serviço da autonomia; 2 - A estratégia de enfrentamento prático dos problemas encontrados- seria o percurso entre a teoria e a prática. 3 - Por fim, o momento da necessidade de organização política, que consistira na definição da estratégia de enfrentamento do problema propriamente dito.

Ademais, procuramos inserir no dia a dia das comunidades a preocupação e o entendimento sobre as questões ambientais, bem como a discussão sobre desenvolvimento rural sustentável, referenciado nos entendimentos sobre a Agroecologia e suas potencialidades, tão bem retratadas por Caporal e Costabeber (2002, 2006), e a partir do trabalho entre levantamento das situações problema, diagnósticos, debates, cursos de formação e capacitação, forjar uma dinâmica de busca pela autonomia (FREIRE, 1996), que conduza a um conjunto de ações comunitárias que leve a superação dos problemas existentes, buscando a autonomia econômica, cultural e ambiental, conforme Carvalho (2002).

Metodologia e desenvolvimento

A metodologia do trabalho foi executada em 4 fases distintas e complementares, onde realizamos os seguintes passos:

Extensão e Pesquisa – Estudo Prévio e Preparação

Nesta fase, realizamos estudos aprofundados de bibliografias que possibilitaram à equipe do projeto - formada por professor coordenador, professores colaboradores e alunos de graduação, bolsistas ou apoiadores – a terem um dimensionamento da realidade geral do

desenvolvimento rural, da reforma agrária e dos assentamentos, fazendo uma preparação geral dos passos necessários para a ida às comunidades e o desenvolvimento das fases e afazeres posteriores. Foi a fase onde o conhecimento acadêmico foi pensado para a formação de agentes de extensão e capacitação de futuros pesquisadores.

Fase Alfa – Diagnóstico e imersão na realidade local.

Um princípio básico da fase Alfa foi a realização da pesquisa científica com o envolvimento da comunidade, priorizando sempre a pesquisa participante, de maneira a se chegar a um diagnóstico da realidade das comunidades rurais estudadas.

Nesta fase, utilizaremos como princípio a técnica denominada DRP – Diagnóstico Rural Participativo, que nada mais é do que um método de estudo que tem como objetivo a avaliação da realidade de uma determinada comunidade, dos problemas e suas respectivas soluções, visando aumentar a participação e capacidade da população de atuar localmente.

O DRP possui bases flexíveis podendo ser adaptadas às características do projeto e a realidade local (VILLA, 2006). A realização do DRP utilizando uma metodologia participativa, que pressupõe ações mais democráticas, dialógicas e participativas, capazes de tornar claro como e em que momento a família pode auferir ganhos econômicos e sociais (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

O contato direto com os produtores ocorreu por meio de entrevista semiestruturadas, versando sobre aspectos diversos das famílias (dados familiares em relação a sexo, idade, estado civil, condições de moradia, de renda. Tamanho da propriedade rural, usos produtivos do solo, destino do lixo, problemas ambientais encontrados na unidade produtiva, produção de pequenos, médios e grandes animais. Acesso a assistência técnica, educação, capacitação, bem como saúde no meio rural. Acesso a água e preservação de nascentes. Transporte particular e coletivo. Mecanização, bens de consumo etc), bem como elementos simbólicos e da percepção social de seus respectivos assentamentos (gostam de viver no campo? Quais as maiores dificuldades encontradas no meio rural? Qual o nível de organização e participação social para a superação dos problemas citados? Entre outras).

As entrevistas desempenharam um papel muito importante no DRP, pois permitiram o diagnóstico dos atores sociais e da realidade dos assentamentos, favorecendo o processo de autogerenciamento do planejamento e desenvolvimento (VERDEJO, 2006). As técnicas de

entrevista semi-estruturada possuem como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos.

Além disso, a interação entre os entrevistadores e o entrevistados favoreceram a obtenção de respostas que, reunidas em tabelas, gráficos, bem como cartogramas, representaram pois, o dimensionamento das questões econômicas, sociais, políticas, ambientais, bem como os problemas inerentes aos assentamentos rurais estudados. Com base nas informações coletadas a campo, foram produzidos Relatórios,

cujo conteúdo foi repassado em reuniões coletivas, onde participaram as famílias assentadas. Ao saberem dos resultados da pesquisa, iniciamos a fase Beta.

A Fase Beta - Socialização, Debate e Encaminhamentos Sociopolíticos.

A fase Beta foi a fase de apresentação dos relatórios da fase Alfa, que continham o balanço das informações sobre as realidades das famílias dos assentamentos Chico Mendes (49 famílias), Divisa (27 famílias) e Engenho de Serra (60 famílias). Portanto, esta fase tratou do conjunto de atividades de socialização, debate e encaminhamentos das informações coletadas via DRP.

Realizaram-se reuniões coletiva sem cada assentamento, sendo convidadas todas as famílias, bem como suas lideranças, onde os membros da equipe do projeto apresentaram os resultados das pesquisas realizadas, socializando as informações com os presentes.

A partir da apresentação, foram abertos espaços de diálogo e debates sobre os pontos e resultados pesquisados, cujo conteúdo foi gravado e transcrito para compor o documento final.

Nosso interesse foi de permear a discussão coletiva, ampliando a capacidade de elaborar o diagnóstico das comunidades e de posse destas informações, que as comunidades formalizassem, posteriormente, propostas de intervenção, cujo dimensionamento resultou em documentos encaminhados aos órgãos públicos e instituições que tinham e tem responsabilidade e capacidade de atuação nos temas elencados, dentre os quais, INCRA, Emater, Prefeitura Municipal de Ituituaba, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Banco do Brasil, enfim.

Para que os documentos diagnósticos resultassem em ações efetivas de cobrança e busca por soluções, colaborando na dinâmica política dos assentamentos, propomos a criação de uma Comissão de Famílias assentadas por assentamento, composta por 5 membros, sendo homens e mulheres, cuja responsabilidade, mediante o apoio da UFU, foi procurar entidades que tinham

e tem compromissos ou responsabilidades sobre os assentamentos rurais em tela, fazendo as mesmas tomarem conhecimento sobre os problemas sociais elencados nas pesquisas, sendo cobrados para apresentarem soluções para estes problemas.

Queremos destacar que as fases Alfa e Beta foram complementares, sendo realizadas sequencialmente, assentamento por assentamento durante os últimos 24 meses.

Porém, o trabalho não se esgotou na pesquisa. Como havia a necessidade de pensar a questão da extensão, iniciamos posteriormente, uma série de ações de extensão cuja dinâmica era pensar a formação, a capacitação, a busca pela sustentabilidade e a geração de renda. Tais ações foram tipificadas como fase Ômega.

A Fase Ômega: formação, capacitação, sustentabilidade e renda.

A fase Ômega foi pensada de maneira transversal, pois as atividades projetadas envolveram diversas dimensões da realidade das comunidades rurais, no sentido de fomentar a extensão universitária.

Partindo de um conhecimento prévio das comunidades em questão, baseado no trabalho desenvolvido em 2012, realizamos um conjunto de atividades de extensão que possibilitaram às famílias assentadas o acesso à formação político-cultural, a capacitação visando o aumento da produtividade nos sistemas agropecuários existentes, a busca pela sustentabilidade nos sistemas produtivos, bem como a geração de emprego e renda no meio rural, como elementos fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável.

Partindo dos pressupostos acima, a fase Ômega contemplou o desenvolvimento de Oficinas e Cursos.

Os cursos (quadro 01) são o conjunto de atividades de 16 a 24 horas de duração, com a finalidade de proporcionar a capacitação e aprimoramento nas atividades produtivas desenvolvidas nos assentamentos, sobretudo as mulheres assentadas, visando a geração de renda.

Esses cursos tiveram ampla procura, de maneira que após a realização de atividades com algumas mulheres assentadas, outras se interessaram e foram necessários abrir novas turmas e refazer o processo, desta vez, utilizando as próprias assentadas formadas como monitoras extensionistas.

Através dos cursos, procuramos fortalecer e ampliar os conhecimentos das famílias assentadas em torno de processos e tecnologias de transformação da sua produção, na

perspectiva da alimentação familiar e da venda ao mercado consumidor com algum valor agregado.

Cada curso foi monitorado por profissional especialmente convidado ou contratado pelo projeto, o número de participantes variou de 15 a 20 assentadas, e para conseguirmos o maior número de participantes entre todas as famílias assentadas, houve a oferta de dois cursos e a participação de mulheres dos diversos assentamentos ituiutabanos (Figura 01).

Quadro 1 – Cursos da Fase Ômega.

Curso	Temática	Nº de Cursos	Ementa
Processamento de Derivados do Leite	Indústria Rural	2 cursos	Processamento de queijos e iogurte a partir do leite produzido pelos assentados, com a intenção de agregar valor à produção
Processamento de Frutas na forma de Doces e Geléias	Indústria Rural	2 cursos	Processamento de matérias primas de pomares e frutos dos cerrados, visando a qualidade da alimentação e geração de produtos para a venda no mercado
Artesanato	Indústria Rural	2 cursos	Técnica de qualificação da mão de obra rural para a produção de artesanato
Picles e Conservas	Indústria Rural	2 cursos	Processamento de matérias primas das hortas visando a qualidade da alimentação e geração de produtos para a venda no mercado
Bolos, Pães e Doces	Indústria Rural	2 cursos	Processamento de trigo voltado à produção de pães, bolos e doces para a venda no mercado

Fonte: Relatório Fapemig, 2016.



Figura 01: Curso de Picles e Conservas (esquerda) e curso de Bolos, Pães e Doces (direita), 2014.

Por sua vez, as Oficinas (quadro 02) foram atividades coletivas com duração de 2 a 8 horas, com caráter coletivo (reunião de pessoas com o mesmo interesse), informativo (conduza a uma percepção de situações-problemas), capacitivo (conduza a conhecimentos que permitam

a solução das situações problemas elencadas) e sócio-cultural (leve ao campo o conhecimento e a prática das atividades culturais e lúdicas, em que pese a arte, a música, a dança, entre outros). Nota-se a preocupação com o conhecimento da legislação, a intervenção ambiental, o conhecimento técnico e tecnológico, o lazer e a renda.

Quadro 2 – Oficinas da Fase Ômega.

Nº Ordem	Título	Temática	Ementa
Oficina 1	Recuperação de Áreas Degradadas de APP	Ambiental	Reconhecimento e levantamentos da situação de leitos de rios e das áreas destinadas à preservação permanente em cada assentamento, debatendo iniciativas para contornar os problemas e recuperar mananciais e florestas.
Oficina 2	Legislação Ambiental	Ambiental	Acesso às informações legais sobre uso do solo, corte de madeira, uso das águas de mananciais e poços, direitos e responsabilidades dos proprietários rurais sobre o meio ambiente, destinação de resíduos sólidos e defensivos
Oficina 3	Agroecologia	Ambiental	Técnicas e práticas sustentáveis da produção agropecuária
Oficina 4	Solos	Ambiental	Preservação e cuidados com os solos agrícolas, visando aumento da produtividade e boas práticas de manejo
Oficina 5	Pastagem com Floresta	Ambiental	Produção de pastagem com a incorporação de linhas de eucaliptos, gerando sombreamento e garantindo a produção de madeira e lenha
Oficina 6	Viveiro de mudas	Ambiental	Viveiro de mudas comunitário – gerenciamento e produção sustentável
Oficina 7	Ação do Estado no Meio Rural	Políticas Públicas	Programa de Aquisição de Alimentos (mercado Institucional ou PAA), ação do INCRA no meio rural, Programa Minha Casa Minha Vida no meio rural
Oficina 8	Regularização de Lotes e Regularização Financeira	Políticas Públicas	Capacitar os agricultores que adquiriram lotes de reforma agrária para sua efetiva regularização de posses, bem como fomentar no meio rural as possibilidades de solução do problema de dívidas bancárias ou o acesso a linhas de crédito via projetos de fomento como o Pronaf.
Oficina 9	Bovinocultura Leiteira	Produção Rural	Disseminação de técnicas ligadas ao gerenciamento da atividade rural, controle de pragas e doenças, produtividade de pastagens e capineiras, produção de silagem, homeopatia, organização coletiva via associativismo
Oficina 10	Teatro Rural	Cultura	Oficinas de teatro.
Oficina 11	CineCampo	Cultura	Apresentação de filmes, documentários e vídeo-cursos no meio rural
Oficina 12	Ação Social	Direito Agrário	Discussão sobre sindicalização e direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais
Oficina 13	Psicologia Social	Psicologia	Oficina de psicologia social, visando a interação e o desenvolvimento coletivo comunitário
Oficina 14	Movimentos Sociais Rurais	Organização Social	Oficina de sobre a importância da organização social e dos movimentos sociais para o desenvolvimento rural

Fonte: Relatório FAPEMIG, 2016.

Considerações Finais:

As áreas de assentamento rurais contemplam uma miríade de situações problemas que necessitam de uma pesquisa qualitativa para serem elencadas. Porém, tal diagnóstico não faz sentido sem o envolvimento comunitário e a conjugação de esforços de instituições e organizações parceiras para a superação dos problemas.

A Universidade, por meio de seus agentes extensionistas, pode contribuir como articuladora da pesquisa e da extensão, bem como da capacitação das famílias rurais assentadas, valorizando não só a geração de renda, como também o conhecimento de diversas facetas da realidade, como a cultura, a ecologia, a preservação ambiental, enfim.

Gostaríamos de agradecer à FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pela concessão de duas bolsas e dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades, e agradecer às famílias assentadas que muito tem contribuído para o sucesso do projeto.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Diferentes ode organização de Explorações familiares no Pontal do Paranapanema: reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Unesp, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 1996.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. **A Alternativa dos Assentamentos Rurais: or- ganização social, trabalho e renda**. São Paulo, Terceira Margem, 2003.

BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: a organização social e da produção em assentamentos rurais na região oeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: EMATER/ RS-ASCAR, 2002.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA, 2006.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável**. 3.ed. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.p.15-50.

CARVALHO, Horácio Martins. **Comunidade de resistência e de superação**. Curitiba: Peres, 2002. p. 233 – 259.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante: mito e realidade**. Rio de Janeiro, SENAC/DN, 1984.

D'INCAO, M. C. e ROY, G. **Nós Cidadãos: aprendendo e ensinando democracia**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ESCOLA TÉCNICA AGRÍCOLA ESTADUAL “DEP.FRANCISCO FRANCO”. **Proposta de curso de nível básico para aperfeiçoamento técnico do pequeno produtor rural**. Rancharia, 1999.

FAO/INCRA. **Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária**. Projeto BRA87/022 - FAO/PNUD/MARA, 1992.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/ BRA, agosto de 1996.

FAO/INCRA. **Principais Fatores Que Afetam O Desenvolvimento Dos Assentamentos De Reforma Agrária No Brasil**. Brasília, 1998.

FERNANDES, B.M. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. In **Boletim Paulista de Geografia**, nº 85, p. 83-129. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo, 1998.

FERNANDES, Bernardo. Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Petrópolis: Paz e Terra, 2001. p.152.

GONÇALVES, Sérgio. **O MST em Querência do Norte/PR: da luta pela terra à luta na terra**. Hucitec, Presidente Prudente, 2004.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A verdade da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil**. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania**. São Paulo: Geração Editorial, 1996.

SPADOVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

VERDEJO, M.E. **Diagnóstico rural participativo – Guia Prático DRP**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2006.

VILLA, E.B. **Diagnóstico participativo e enquadramento de agricultores familiares ao “PRONAF” Florestal, em duas Regiões da Mata Atlântica, no Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Florestais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.